

Os Anos Perdidos

Depois de cinco anos de tramitação, a nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação foi finalmente aprovada na Câmara, sem os debates e a repercussão que uma lei desta importância para o destino do país deveria despertar. O fato de ter sido aprovada em votação simbólica é o melhor símbolo da situação do ensino brasileiro.

A aprovação se deu poucos dias depois de o próprio ministro da Educação, Murílio Hingel, ter reconhecido que o Brasil passa por uma situação constrangedora diante da Conferência Mundial sobre Educação para Todos, por ser o único dos participantes (entre eles México, Índia e Egito) a não apresentar plano de ação para a década de 90. Assim como os anos 80 foram a década perdida para a economia, os anos 90 ameaçam ser a década perdida para a educação.

A coisa mais grave da educação brasileira é o desperdício — causado, segundo o ministro, pela evasão e a repetência. União, estados e municípios gastam o triplo do que efetivamente seria preciso para manter um aluno na escola. Diante desta constatação, ninguém se pode furtar ao exercício de imaginar quanta coisa se poderia fazer neste país de tantos analfabetos com os restantes dois terços desperdiçados da verba para educação.

Uma destas coisas é a inversão da tendência atual do governo de aplicar mais dinheiro no ensino superior do que no ensino básico, verdadeira finalidade da ação governamental. Um dos resultados da negligência governamental é a existência de 4 milhões de crianças sem escola dentro de um universo de 32 milhões de famintos que minam pela base qualquer tentativa de tirar o Brasil do atoleiro onde se encontra.

A Lei de Diretrizes tenta remediar, na teoria, aquilo que clama aos céus, na prática. Como disse um dos deputados envolvidos na elaboração do texto, o Brasil nunca chegará ao Primeiro Mundo sem investir em educação. Investimento, no entanto, nunca faltou. Faltava, isto sim, racionalização, até as autoridades se convencerem de que o mais importante é qualidade da educação, e não verba, em geral desperdiçada nos meandros de um sistema de ensino devorado de dentro para fora.

Agora haverá mais recursos, desde previsão de verbas para merenda, até transporte e saúde escolar. Tudo o que foi pedido a nova lei concedeu: obrigatoriedade do ensino fundamental, autonomia financeira das universidades, reconhecimento de que o Plano de Carreira do Magistério deve incentivar a dedicação exclusiva, aumento do calendário escolar de 180 para 200 dias, e assim por diante. Em resumo, de agora em diante, como disse outro deputado, o problema do ensino não está mais na lei, mas na vontade da sociedade.

Em matéria de ensino, não há dúvida de que a culpa é da sociedade e do governo que não sabem cobrar qualidade. O fracasso escolar não é problema novo no Brasil. Segundo o pesquisador Sérgio Costa Ribeiro, está ligado à competência dos professores, aos critérios de promoção, à motivação e à responsabilidade do professor. "A competência não está apenas na construção de prédios modernos e bonitos." A escola brasileira é como a Escolinha do Professor Raimundo, que cobra a resposta do aluno sem se responsabilizar pelo seu aprendizado.